

# EMBOURNAL

Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará.

## TERRA, TRABALHO E MIGRAÇÃO: O DESLOCAMENTO DE CEARENSES PARA O PIAUI (1930-40)

Lia Monnielli Feitosa Costa\*

### Resumo:

O presente artigo objetiva entender o processo migratório de cearenses rumo ao Piauí a partir da década de 40, perscrutando seus motivos, anseios e a re(organização) das condições de existência desses trabalhadores e suas famílias. Para tanto, faz-se necessária uma reflexão prévia sobre as condições de vida que esses trabalhadores vivenciaram anteriormente no Ceará, em um cenário marcado pelos reflexos das secas, política agrária desenvolvimentista e pela intensificação do dualismo novo – arcaico que rotulava práticas agrícolas rudimentares como sinônimo de atraso para o país. As narrativas pontilham aspectos importantes para o entendimento do bem viver desses trabalhadores no Piauí e de relações de trabalho estabelecidas.

**Palavras-chave:** trabalho; modos de vida; migração.

## EARTH, WORK AND MIGRATION: THE DISPLACEMENT OF THE PEOPLE FROM CEARA TO PIAUI (1930-40)

### Abstract:

The following article has as objective to understand the migratory process of people from Ceará heading to the state Piauí from the decade of 40, peering their motifs, yearns and the re(organization) of the conditions of existence of these workers and their families. In order to do this, it was necessary a previous reflection about the conditions of life that these workers previously lived in Ceará, in a scenery marked by the reflections of the dry seasons, developing agricultural policy and for the intensification of the new dualism – archaic that labeled rudimentary agricultural practices as synonymous to the delay for the country. The narratives highlight important aspects for the understanding of the welfare of these workers in Piauí and the established work relations.

**Keywords:** Work; ways of life; migration.

**Recebido:** 04/10/2016

**Avaliado:** 11/01/2017

\* Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará e Bolsista FUNCAP e Especialista em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI.

## Seca e Relações de Apadrinhamento

A década de 30 selou o destino de muitos cearenses e suas sobrevivências em meio ao flagelo da seca. Prenunciada em 1931, ela se confirma em 1932 após a ansiosa espera pelas chuvas que viriam no dia 19 de março, dia de São José. Legitima-se o longo período de estiagem e centenas de migrantes se deslocam para as estações ferroviárias rumo à capital, Fortaleza. As estradas de ferro de Baturité e de Sobral partiam apinhadas, recolhendo gente e mais gente, dos municípios que atravessavam e de outros mais distantes. Mesmo com a suspensão de passagens em alguns municípios em fins de 1932, os trens ainda partiam lotados de flagelados.

Enquanto isso, Campos de Concentração procuravam manter as famílias no Sertão, evitando a migração para Fortaleza via trilhos, que eram antes de tudo o símbolo de progresso da “Capital da Luz”. Rios (2006, pg. 15) aponta essa curiosa confusão, pois “criava-se, então, um paradoxal desejo sobre a construção e o alongamento das Estradas de Ferro: o interesse da burguesia industrial e comercial era consolidar cada vez mais o capitalismo em Fortaleza; no entanto a estrada de ferro trazia, também, a miséria que se queria longe da capital”.

Dessa forma, os Campos eram uma maneira de lidar como esse curioso antagonismo como uma válvula de escape. O controle de corpos através do racionamento de alimentos e da higienização contrastava com a vida dessas pessoas que viviam da subsistência no campo, mas que não conseguiam nem o seu sustento, nem o necessário para o dono da terra. O cenário que acontecia em 1930 se repetia há vários anos. De acordo com Neves (2002), a partir deste período, os deslocamentos mudam de rumo, em lugar da procura por locais úmidos ou currais abandonados, a migração acontecia no sentido campo-cidade. “Assim ao primeiro sinal de seca, as estradas em direção à Fortaleza se enchem de famílias inteiras de agricultores cujas terras— na maioria dos casos, lembre-se arrendadas em parceria — se tornaram imprestáveis para a agricultura de subsistência.” (NEVES, 2000, p.53).

A seca delineia algo mais do que apenas os contornos desnudos das serras sem pastos; há revelações das estruturas de trabalho agrárias, relações de negociação entre proprietários de terras e lavradores que se deterioram frente à impossibilidade de produção e, portanto, o não pagamento da renda. A “tradição de apadrinhamento” para com os pobres subjugava os estereótipos de “ladrões e saqueadores”, que porventura os flagelados da seca seriam, caso não fossem devidamente “atendidos” pelos mais ricos, posto que a culpa era dedicada aos fenômenos climáticos, ao céu, aos santos, mesmo com a ineficiência tectônica dos Andes.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Na edição 6 da Revista do Instituto Histórico do Ceará, o pesquisador Alvaro Fernandes aponta como uma das possíveis causas para a seca e 1932 “as chaminés vulcânicas da Cordilheira dos Andes” que teriam desempenhado seu papel de “aspiradores hidrostáticos”, tudo de acordo com as leis da “Physica Geral”. Dados técnicos e geográficos seguem para explicar que após o equinócio de Março, “é que está declarada a secca (sic), sem esperança e sem apelo”, algo a que o sertanejo já está ciente e aprende desde pequeno, demarcando a data das possíveis e tão esperadas chuvas desde o dia de São José (19 de março). FONTE: FERNANDES, Alvaro. Etiologia fisiográfica das secas- suma meteórica Revista do Instituto Histórico do Ceará, Ed. 06, 1937.

O plantio de roçado depende da relação de dependência desenvolvida entre agricultor e proprietário de terra; fora dela é como se as fragilidades adquirissem corpo. Neves (2000, pg. 135) ressalta que a Revolução de 30 não quebra com esse modelo paternalista, apesar do desalojamento de oligarquias tradicionais em lugar de políticos revolucionários comungados com os ideais da Aliança Liberal. Há uma continuidade deste sistema, em primeira instância pelos proprietários de terras, a chamada “cultura do apadrinhamento” que para Rios(2006, p.32) possui uma rede de desdobramentos, oscilantes entre táticas de sobrevivência das mais variadas; e em segunda instância o próprio Estado, que age intervindo na política econômica e no mercado de trabalho, deixando de lado por hora o liberalismo em prol da manutenção de relações de trabalho que perpetuem a dependência e a submissão.

Os jornais não tardam a noticiar que a aclamada “revolução” nas bases institucionais não passava de mera falácia. Em notícia de Outubro de 1936 do Jornal piauiense “A Gazeta” intitulada “A lavoura atirada ao esquecimento”, recobra-se: “Vemos assim, com grande pesar, que a revolução de 30 não livrou o brasileiro de um velho vício: a politicalha.”[e acrescenta]; “tudo continua a girar em torno dos nomes que irão ou não irão para o Palácio do Catete” . Os nomes nas cadeiras mudaram, cumprindo o objetivo de quebrar o poder das velhas oligarquias, mas as estratégias continuam as mesmas. Esse “caudilhismo” que condenou o “progresso na América” teria também provocado a crise de mão-de-obra para as “lavouras nacionais”, por conseguinte *lavouras monocultoras*, para as quais faltavam braços. A chamada era também uma crítica à tentativa do governo de diversificar a industrialização do país alternando o estereótipo de “país agrário”.

## A Enxada e a Máquina: Política Desenvolvimentista e “Atraso” do País

O projeto político agrário brasileiro calcado numa ideia de desenvolvimento endossa nesse período, colocando como argumento antagônico a ideia de “atraso” que prevalecia no campo, o que empacava tão esperada modernização com suas relações de trabalho rudimentares, o clientelismo, e sobretudo os “tipos” sociais, os “jecas”. Seriam estes entraves convencedores de que o Estado era o único capaz de tomar as rédeas de conduzir este processo de modo gradual e tangível nas lavouras do país, englobando a mão-de-obra que se adequasse aos seus parâmetros, e acuando cada vez mais trabalhadores e famílias que não conseguissem adequar seus projetos de vida às novas leis do mercado. Os pobres mesclavam essa visão de oprimido, mas potencialmente perigoso diante das agruras da seca, justificando episódios tristes, conforme

o registrado no periódico cearense “O Jornal” em 5 de fevereiro de 1933, acerca de um crime ocorrido em 6 de janeiro daquele mesmo ano, na cidade de São Benedito:

BÁRBARA CENA DE SANGUE EM S. BENEDITO- Dois policiais fuzilam perversamente a um pobre agricultor- S. BENEDITO- a populosa cidade Ibiapana, presenciou no dia 6 de janeiro passado, monstruosa cena de sangue, perpetrada por dois milicianos, por dois mantenedores da ordem, por dois homens que fazem parte de uma instituição criada e mantida(sic) para garantir a lei, para assegurar as liberdades públicas. Na manhã daquele dia, no movimentado pátio do mercado público, dois policiais, fuzilam perversa e friamente ao trabalhador rural de nome Manoel Matias Filho. (O JORNAL, em 5 de fevereiro de 1933).

Segundo consta, o motivo do crime teria sido uma pequena faca de viagem, instrumento indispensável para qualquer trabalhador rural, mas que foi visto como ameaçador pelo soldado que tentou prontamente desarmá-lo; resistindo, o trabalhador acabou alvejado com vários tiros na cabeça. O episódio causou muita revolta na população provocando ameaças de linchamento que também foram sufocadas diante da pontaria de fuzis. O jornal enfatiza quem concretizou o crime — aqueles que estariam encarregados de proteger a população — e, no entanto, atentava contra a vida dos mais desfavorecidos.

O paternalismo exercido pelo Estado fica mais explícito nesta outra notícia:

FAVORES DO GOVERNO À PEQUENA LAVOURA- O Ministério da Agricultura , depois de se aparelhar convenientemente para poder satisfazer aos interessados , acaba de anunciar uma série de favores aos pequenos agricultores, procurando, por esta maneira, desenvolver e aperfeiçoar a agricultura do País. Anuncia o governo federal que , a todos os agricultores cujas propriedades estiverem em zonas de produção servida por estradas de ferro ou de rodagem; tiverem uma área mínima de 25 hectares (5 alqueires); não tiverem formiga saúva e não tenham cabeceiras de morros ou coroas derrubadas ou queimadas, a estes proprietários, dizíamos, o Ministério da Agricultura facilitará a aquisição de destocadores, arados, capinadeiras, ceifadeiras, debulhadores, secadores, estufas , etc.etc. por preços de custo e a prestações. (A GAZETA, março de 1936)<sup>2</sup>.

O governo toma para si a responsabilidade de gerenciar a produção agrícola nas mais diversas circunstâncias, ofertando aparato técnico bastante necessário e caro para o bom cultivo de roçados. Mas destinado a quem? Há um grupo de lavradores específicos delimitado pelas características descritas acima, da qual certamente as famílias de nossos narradores não fizeram parte. O Censo de Estabelecimentos agropecuários recenseados e área dos estabelecimentos, segundo a propriedade das terras, a condição do responsável e grupos de área total — (1920-1985) pontua melhor essas expectativas. Somente de 1920 a 1940 o número de propriedades individuais aumentou de 627.809 para 1.530.482. O número de proprietários de terras também elevou consideravelmente no mesmo período: de 577.210 para 1.376.602, acompanhando-o

<sup>2</sup> A GAZETA, Teresina, 4 de março de 1936.

número de arrendatários, que aumenta quase 10 vezes mais<sup>3</sup>, indicando que a concentração fundiária implicou na reprodução dos arrendamentos, destacando a importância da lavoura na ocupação da força de trabalho.

Os critérios de seleção para o recebimento destes “favores” foram verdadeiros ceifadores de prováveis oportunidades de produção para várias famílias. A convivência com pragas é algo muito comum para o homem do campo; desde cedo meninos e meninas aprendem que insetos podem danificar plantações inteiras, prejudicando seriamente a produção e comprometendo o pagamento da renda. Não é à toa que Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico inglês dispare sua célebre frase ambígua e tão atual, “ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”<sup>4</sup>, capturada mais tarde por Lima Barreto e politizada na voz do inconformado e patriótico Policarpo Quaresma. “O Ubajara”, em sua edição de 18 de abril de 1937 atenta os cearenses para o fato de que a Ibiapaba estava sendo devastada por um verdadeiro exército, “combatentes em armas”, que não reconheciam nenhum governo, apenas o seu, ao qual o cronista José Vasconcelos chamou de “República Unida das Formigas”. A preocupação se estende para as lavouras e para o abastecimento da região:

e a Ibiapaba, que era o antigo celeiro de nossos sertões, nas épocas calamitosas, já começa a importar os gêneros de primeira necessidade, por que assim entendeu e decidiu o conselho marcial das Republicas Unidas das formigas, que proibiu sob pena de completa destruição, em toda a extensão da grande serra, o plantio da mandioca, do milho do feijão, das fruteiras, etc. (NÃO É FANTASIA, É VERDADE- UBAJARA, 18 de abril de 1937)<sup>5</sup>

Em 1934, o drama se repetia, e o cronista José de Vasconcelos lamentou-se; “A classe mais desprezada, mais esquecida, e deslembada é essa dos agricultores cearenses”. O que ele intitula de “maldição cearense”, além de “toda a companhia trágica das pragas egípcias que de roldão nos assoberbam e nos dominam e nos abatem”, também correspondia às agruras da seca “calcinando os campos e searas”, e aos agentes do fisco, “que com uma usura de Sherlock, vão carregando disfarçadamente as nossas magras economias”. (A AGRICULTURA E A MALDIÇÃO CEARENSE- O JORNAL, 06 de outubro de 1934) <sup>6</sup>.

Fora as pragas, mais um desafio, desta vez uma prática entranhada nos costumes roçeiros da qual portugueses e índios compartilharam uma herança maldita: limpar a terra através da técnica de *coivara*, onde a retirada da mata e em sequência a queimada destrói nutrientes e a sua

<sup>3</sup> De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (1920-1996), o número de arrendatários passou de 23.371 para 221.505, indicativo da importância das lavouras de subsistência para muitos camponeses.

<sup>4</sup> A formiga saúva cortadeira abrange praticamente todo o território brasileiro e é uma espécie muito bem adaptada ao clima tropical, responsável por destruição de plantações de todos os tipos.

<sup>5</sup> Jornal UBAJARA, Ubajara, 18 de abril de 1937 nº9 p.1.

<sup>6</sup> O JORNAL, Ceará, Sobral, 06 de outubro de 1934, nº90 p.01.

constância torna o solo pobre. Nem todos moravam em localidades próximas de estradas ou ferrovias, mesmo municípios como Ipu, onde existia uma estrada de ferro, havia a dificuldade de locomoção dos povoados, que contavam muitas vezes apenas com lombos de burros e bois como transporte e força motriz. A notícia segue com mais algumas observações: “Além disto, dentro dessas possibilidades de quadros do funcionário do Ministério, o Governo dará assistência técnica, ensinando a preparar o terreno, escolher as sementes ou mudas, determinando os processos de cultura, adubação, trato, colheita e beneficiamento” (A GAZETA, março de 1936)<sup>7</sup>.

Há uma preocupação pungente por parte do governo de “doutrinação” em técnicas de cultivo e melhoria de produção para estes agricultores clivados no processo acima. O registro de nome e propriedade fez-se necessário no Ministério da Agricultura, para que o agricultor “goze de todos esses favores ou regalias”, e que ainda fosse contemplado periodicamente com material educativo, “folhetos, boletins, revistas, informações de caráter prático não só para a lavoura como para o comércio”. Dessa forma, governo e agricultores “caminhariam juntos” rumo a “uma nova fase que promete grande desenvolvimento” (A GAZETA, 1936). Este sertão atrasado e lerdo que se arrastava com uma lentidão bovina também incomodava aos defensores do imperativo desenvolvimentista, que desejavam acolher com máxima urgência, as técnicas inovadoras e o maquinismo agrário, conforme demonstra a notícia a seguir:

No apogeu da civilização, com o rádio e suas maravilhas, os aviões e o cinema-falado, a nossa agricultura ainda é praticada com a irrisória e obsoleta ENXADA, tal como a praticavam os nossos bisavós! e por que não acabar com isso?! Concertemos um plano de ação-conjugada, renovadora. Façamos um congresso agrícola, em que figurem grandes e pequenos agricultores. Discutam-se ideias. A presença de um especialista nele pra instruir, para traçar nos novos rumos, não é uma ideia de grande alcance e proveito? o governo estadual não poderia nos facilitar a obtenção de algumas máquinas? Na terra em que a produção agrícola tem que ser redobrada para o imprevisto das secas, esta produção é ínfima!- por que a ENXADA é ainda todo o seu MAQUINISMO agrário!(É UMA VERGONHA! O Jornal, 12 de fevereiro de 1933)<sup>8</sup>

A enxada, sinônimo da pequena produção familiar, (re)afirmadora da condição camponesa era refutada em detrimento das grandes máquinas, que iria acabar com “essa produção ínfima”, arrastando consigo não apenas os utensílios rudimentares, mas também todas as relações de sobrevivência campesinas, abrindo portas para o agronegócio.

“O Jornal” relatou em suas “Crônicas de Viagem” observação semelhante, dessa vez voltada para a ausência de roçados em determinado trecho, apontando as possíveis causas desta vista desoladora:

<sup>7</sup> A GAZETA, Teresina, 4 de março de 1936.

<sup>8</sup> O JORNAL, Ceará, Sobral, 12 de fevereiro de 1933, ano I, nº 11, p.01.



NOTAS DE VIAGEM- Em toda a extensão entre o Sobral e o Cariri, não vimos á margem da entrada , um único roçado! Até parece que o Brasil não é um país essencialmente agrícola...É lamentável. E tanta terra desocupada. Tanto campo aberto reclamando a atividade de seus donos.

Se ao menos o governo estimulasse o nosso povo a desenvolver a agricultura...outra situação seria a nossa não há dúvida. Mas o que vemos é o descaso absoluto da parte dos nossos governantes e a preguiça característica do sertanejo numa progressão assombrosa. (O JORNAL, 1 de abril de 1934)<sup>9</sup>

Verificamos aqui mais uma vez a culpa pela ausência de lavouras recai não apenas para o governo e para os donos das terras devolutas, mas também para o sertanejo, “indolente”, como se de fato a terra lhe fosse acessível para que a qualquer momento fizesse brotar roçados. Na conjuntura econômica do capitalismo, a “preguiça” do lavrador pobre é realçada em detrimento das relações de trabalho e compadrio imbricadas, que ocultam o seu espaço real de trabalho e de sobrevivência. Tais aspectos evidenciam a antítese que orchestra a história agrária brasileira, seja reforçando-a, ou problematizando-a.

O dualismo entre novo e arcaico determinou o rumo das interpretações acerca dos estudos rurais no país, evidenciando este campesinato familiar espalhado nos “brasis”. Nesse sentido, de acordo com Delma Pessanha Neves (2009, p.304) “Qualquer interpretação assim comprometida pressupunha de imediato a transformação modernizante dos produtores familiares, comumente anunciada ou legitimada pela valoração e formas de integração definidas como inovadoras: alfabetização, higienismo, produtivismo, desenvolvimentismo, associativismo, comunitarismo, coletivismo etc”.

A produção de base familiar se explica assim pela “ausência” de elementos do capitalismo, daí vêm os termos não-capitalista, de subsistência , minifúndio, clientelismo, nesse sentido trocas de favores e serviços e produtos consolidam a relação entre homens livres e pobres e proprietários. Em seu estudo em conflitos agrários em Paraíba do Sul durante o século XIX, Márcia Motta percebe que mesmo a denominação arrendatário ou agregado causava confusão, posto que muito se assemelhavam, mas cada uma legitimava uma condição; quando os trabalhadores se autodenominavam arrendatários, “estariam procurando garantir a sua autonomia em relação ao senhor de terras. Os fazendeiros, ao contrário, ao reconhecê-los como agregados, estariam enfatizando a sua relação de dependência”(MOTTA, 2008p.79). A dependência é evidenciada nas relações de apadrinhamento.

O apadrinhamento é a característica do aparato colonial que se desdobra nas relações de trabalho, na medida em que o trabalho livre só encontrava terreno fértil em relações de

<sup>9</sup> O JORNAL, Ceará,Sobral,01 de abril de 1934, ano II,nº63,p.02.

dependência dos mais diversos graus. Com a crise do escravismo, o trabalho livre se configura de uma maneira diferenciada, e o termo “assalariado” não cabe para definir esse regime de trabalho de produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar, pois destrói a possibilidade de remuneração, posto que entrega seu excedente de forma direta(MARTINS,1996p.19). Ainda assim, o capitalismo redefine essas relações, subordinando-as ao capital (neste caso, o excedente é vendido e utilizado para a compra de produtos que o trabalhador não pode produzir), engendrando também relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à produção.Com o valor agregado a terra, esta se torna cativa, e o cativo se desdobra nas mais diversas relações pessoais, onde a figura do proprietário configura-se para estes sujeitos como alguém de boa índole, que cede uma rede de favores em troca de prestação de serviços ao lavrador e à sua família.

O paternalismo oligárquico não se extingue com a revolução de 30, mesmo diante da ameaça representada pelo Rio Grande do Sul e seus braços políticos no Nordeste. Ao contrário ramificam-se na rede de troca de favores e benefícios pessoais, baluartes em um momento de ruptura institucional. O liberalismo característico do Estado era um divisor de águas das ações direcionadas para os flagelados das secas; havia a crença de autorregulação do mercado de alimentos, mas também havia o interesse em manter as rotinas de emergência em períodos de extrema escassez a fim de evitar os “espasmos”, “a reação instintiva à fome”, uma interpretação que perdura no Estado inclusive após a instauração do Estado Novo(NEVES, p. 140).

O medo das reações instintivas traz à tona não apenas reflexões sobre a inércia de alguns sertanejos em detrimento dos que reagem de modo mais explícito, mas também algumas considerações sobre as justificativas climáticas e sua ligação com essas relações de força garantidas por proprietários de terra e pelo governo. Amotinar-se não está no raio de ação de alguns indivíduos; para Thompson (1998) é uma forma sofisticada de comportamento coletivo, que põe em risco apadrinhamentos. Para além dos apadrinhamentos, põe em risco a economia moral que se desenvolve naquele meio, resultando no deslocamento do trabalhador e sua família para onde ele pudesse reproduzir sua condição camponesa e programar projetos de vida para os filhos. Os acontecimentos da década de 30 foram o bojo das ações que ambientaram as narrativas de nosso interesse; homens e mulheres que migraram de cidades cearenses a partir da década de 40 rumo a cidades do Piauí próximas ao Rio Parnaíba.



## Narrativas de Partida: Encruzilhada de Motivos e Modos de Vida

As narrativas revelam que algumas famílias migraram em períodos coincidentes com as grandes secas (1932, 1942) e outras, em anos avulsos, confirmando que o fluxo migratório era constante<sup>10</sup>. São reveladoras também de momentos-chave em que as negociações falharam; ou situações mais difíceis apareceram; este é caso de Francisco Manoel de Assis (78) ao relatar que vieram embora por causa “das necessidades”, necessidade de comida, de dinheiro, “até de saúde não porque a gente tinha um bocado de saúde graças a Deus”. Na época com 14 anos, o narrador conta que era um “rapaz ativo”, suas *reminiscências*<sup>11</sup> de outrora convergem com sua atual situação; fazia apenas alguns meses que ele tinha deixado de fazer roça, forçado pela saúde debilitada e convencido pelas filhas com quem mora. No diálogo construído por nós, ele se ressaltava como um bom trabalhador de roça, dando rastros de uma vida inteira de trabalho como todo sertanejo que tem orgulho de sua autonomia camponesa. Mais à frente, ele evidencia os motivos da saída da família:

O papai fez uma roça lá, aí nós fizemos a roça aí não deu legume né? Deu uma praga de milho numa espiguiinha pequeninha, aí o papai chamou o homem pensando ele em dar o milho pra ele, pra dar pras galinhas, aí homem pegou uma espiga pra uma, pra uma, uma pra outra, uma pra outra, fez como a música do Luiz Gonzaga, até que ficou num jacá aí eu... já tava sabidinho né? Eu fiquei invocado e vou mim bora, vou roubar minha idade e vou embora pro Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Nesta fala são poucos segundos que demonstram bem como o pagamento de renda pode desestabilizar o núcleo familiar provocando a migração para lugares melhores para sobreviver. Na lida do campo, os camponeses deveriam enfrentar como desafio ainda um inimigo feroz e invisível; a própria genética das plantas. Esse é o caso do milho<sup>13</sup>, que Josué de Castro (2011) na tentativa de fazer um mapa alimentar do sertão, elenca como componente fundamental da dieta do sertanejo. A desinformação e a crença que a seleção de semente de uma boa safra do ano anterior implicava na repetição de uma boa colheita resultava em uma má safra, praticamente improdutiva, pois é biologicamente comprovado que a segunda geração do milho é defeituosa. Mais uma vez o sucesso nas lavouras esbarra na precariedade das técnicas empregadas.

<sup>10</sup> A família de Paulo Furtado de Melo (76 anos), veio de Sobral para se instalar no município de Miguel Alves em 1932, os pais só vieram a se conhecer em solo piauiense, Isídio Pereira Farias (76) veio aos 8 anos do interior do município de Ipu em 1949, Cristina Frota (72) veio aos 8 anos com seus pais do interior de Sobral em 1954 e Francisco Manoel de Assis (78) veio do município de São Benedito, próximo a Tianguá, em 1954.

<sup>11</sup> O termo “reminiscência” é utilizado por Alister Thompson para explicar a maneira como sujeitos dão sentido à vida passada e à presente; devido às experiências de nossos sujeitos serem permeadas de lembranças não só deles mas de memórias de familiares, comungamos com a sua ideia de que há uma *composição* de recordações, na medida que utilizamos linguagens e significados de nossa cultura (THOMPSON, 1997p.56-57)

<sup>12</sup> FRANCISCO MANOEL DE ASSIS. Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 04.03.2017, na cidade de Teresina-PI.

<sup>13</sup> Segundo Josué de Castro (2011, p.177), o milho é um alimento de baixo teor proteico, portanto incompleto, mas constitui-se como base calórica da dieta sertaneja devido à sua junção com outros alimentos, compensando a deficiência de nutrientes, em pratos típicos da nossa culinária, como angu, canjica e cuscuz.

Ainda assim, o acerto da renda deveria ser entregue ao proprietário. O pai considerou que o “homem” iria entender a má produção, mas isso não ocorreu. A divisão do pouco que a família produziu depois de tanto esforço foi o estopim para a revolta do jovem Francisco Manoel. Já com idade suficiente para entender as relações de dependência entre proprietários e agregados, já “sabidinho”, vê como única forma de se livrar de toda aquela situação onde a única parte que lhe coube foram “espigas desdentadas” a ida para o Rio de Janeiro. Cidade grande que se avolumava como um veio aberto de oportunidades, trabalhos novos poderiam surgir, e o risco valia a pena. Ele estava disposto a “roubar a idade”, conseguir um documento de maioridade a qualquer custo.

O plano teria dado certo, não fosse a esperteza ingênua de Francisco Manoel em conseguir o importante documento por alguém tão próximo da única pessoa que não deveria saber: “Vou pedir aí fui logo... abestado, não sabia de nada, pedi logo um tio meu pra tirar meus documentos, como maior de idade com 18 anos. Aí foi ele contou pro papai aí o papai se invocou ficou assim imaginando. Aí eu já tinha dito a ele : papai, vamos caçar um lugar pra nós morar porque aqui não dá não”. (FRANCISCO MANOEL DE ASSIS, 2017)

Depois da tentativa malograda de fuga para o Rio de Janeiro, o pai se vê na iminência de importantes decisões que selariam o destino de toda a família; ficar já está bastante difícil, permanecer toda a parentela unida, que ainda contava com a mulher e cinco filhos, todos já debilitados em virtude da necessidade de alimentar muitas bocas e a produção parca, tão dependente do êxito das chuvas, da nutrição dos solos, da boa vontade dos patrões. Um novo projeto de vida deveria ser feito. O fantasma da fome rondava a família de Francisco Manoel:

Tem um terreno de meu avó aí, mas não servia é ruim de trabalhar, nós não tem condição de nada, acabemos tudo em 1952. Em 1951 nós acabemos tudo que tinha: animal, gado, tudo, tudo, tudo, ficou tudo sem nada, o objeto que ficou foi uma cabra, assim mesmo o papai adoeceu eu matei pra ele comer e vender um o couro pra comprar de remédio pra ele. Aí, o papai se invocou e pediu um dinherinho velho que eu tinha escondido, ele disse: “tu tá escondido”. Eu era o mais velho, quem trabalhava pra dar de comer pra eles, os mais novo que o papai vivia muito adoentado aí eu era quem trabalhava.

Do pouco que tinha juntado, o filho ainda teve que entregar para suportar os apertos. Os primeiros de que se livraram foram os animais, dada as dificuldades em manterem. Nessas condições se mantiveram, até migrarem em 1954. Uma marca de oralidade importante que aparece neste trecho da fala é exatamente a demarcação do momento em que se insere outro diálogo lembrado da memória. Em outras narrativas, o rememorar de diálogos inteiros às vezes acontece sem demarcações, na velocidade que as lembranças vão escoando na entrevista, ao sabor das provocações do entrevistador.

Entretanto, o apadrinhamento não induz necessariamente a uma completa aceitação de todas as negociações que beneficiem aos patrões. Podem haver conflitos, conforme pontua Rios(2006),mesmo a submissão é uma forma de se conseguir certos objetivos, mas caso contrário “os pobres costumam desenvolver suas rebeldia de modo mais explícito” (RIOS, p. 32), tendo como demonstrativo, os saques.

Vê-se o paternalismo delineado primeiramente entre os proprietários de terra, que cerceiam as ações desses agricultores se responsabilizam de que a falta de chuvas não lhes tirem a “civilidade”, mas que garantam controle e disciplinamento de corpos. Mas o caráter rudimentar dessa atividade econômica, seus métodos arcaicos, sua baixa produção reservada mal ao autoconsumo quiçá à “paga” destinada ao dono da terra ruge mais alto e o sertanejo tem com única retirar-se, procurar outros locais onde possa sobreviver, onde tenha terras disponíveis para plantar, que possa garantir o sustento da família e que tenha um patrão bom com o qual possa negociar. Afinal um fantasma perigoso estava à espreita dos sertanejos, roubando-lhes vitalidade e, por conseguinte provocando a perda de plantações: as doenças. Em Sobral, somente no mês de junho de 1934, morreram cerca de 300 pessoas vítimas de impaludismo<sup>14</sup>, a malária, “com colheitas grandemente prejudicadas pela falta de pessoas válidas” (O DESCALABRO DO IMPALUDISMO- “O Jornal”, 15 de julho de 1934)<sup>15</sup>.

Sim, todos migram, mas é importante destacar: nem todos querem explicar seus motivos unicamente por conta da “seca”<sup>16</sup>. Um dos entrevistados, Isídio Pereira Farias, de 78 anos, pontua em uma das primeiras frases de sua fala “Rapaz, nós num viemo (sic) num foi por visto de seca não, nós viemo porque a minha mãe mais meu avô, o pai dela, veio simhora pra cá, e o meu avô era cego e aleijado”(…). A limitação física do pai preocupou a família, que decide sair do interior do município de Ipu, da localidade de Santo Isídio, em direção ao Piauí em 1949, não somente pela necessidade de manter a parentela coesa, mas também por desentendimentos envolvendo terras entre os próprios elementos familiares: “a mamãe tinha um terreno, mas era misturado, era dividido...ele trabalhava num terreno, num pagava renda, mas não morava no terreno”, comportamento absenteísta da mãe de Isídio gerou a querela de terras com seu irmão, “tiveram um nhenhênm” que segundo ele foi resolvido, com a mudança de sua mãe, “ela pulou dum terreno, veio pra outro”.

<sup>14</sup> Impaludismo ou popularmente conhecido como malária é uma Infecção causada por protozoários do gênero *Plasmodium* transmitida pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles*, e que se caracteriza por calafrios e febre.

<sup>15</sup> O JORNAL, Ceará, Sobral, 15 de julho de 1934, ano II, nº78, p.01.

<sup>16</sup> ISÍDIO Pereira Farias. Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 27.11.2016, na cidade de Teresina-PI.

Dificuldades nesta passagem da lembrança que envolve a partida encontramos na fala de Cristina Frota, 76 anos, que veio do Ceará com cerca de 9 a 10 anos<sup>17</sup>, e que delega esse esquecimento aos pais (“nesse tempo, os pai da gente era umas coisa velha tola, não era como hoje, que nasceu já tá sabendo do mundo. Aí ele não me disse o nome do interior”), e a ela mesma (“Eu era, eu era tolinha velha”). O fato de não lembrar o nome do lugar de origem também revela o não-exercício dessas lembranças, não obstante Cristina já teria uma idade considerável para formular reminiscências palpáveis, como no caso de outros entrevistados. A desinformação a incomoda; é visível no sacudir frenético das pernas e no olhar apressado para outro foco que não para mim e para o gravador; a expressão “eu era besta” aparece não só para justificar o porque de não saber o lugar de onde veio, mas várias agruras que ela teria pela frente. Por esforço de memória ela lembra apenas o município, Sobral, mas lembra de demarcar bem uma fronteira que está presente em praticamente todas as entrevistas: “É... um interior do Ceará, num tem? Um interiorzinho viu? Porque tem a cidade e tem os interior da pessoa morar”.(CRISTINA, 2017)<sup>18</sup>.

Fronteira é um conceito caro para entender os sertões. As fronteiras políticas nem sempre coincidem com as fronteiras imaginárias; cidades, interiores, povoados, vão mudando de nome, metamorfoseando-se em outros lugares; “é uma categoria que se situa na metade do caminho entre ficção e realidade”(LEONARDI, 1996, p.310). Ainda há um pouco de sertão místico remanescente do sertão do século XIX. Essa característica é também encontrada no Piauí ao se tentar delimitar um espaço a ser estudado em virtude de mudanças na cartografia dos interiores; uns foram englobados a outros, outros mudaram de município ou deixaram de existir. O sertão de que estamos à espreita é este construído pelo trabalho, laços de convivência e família.

Mas o fato de se considerar tola o bastante para não se lembrar de onde veio esconde outros ressentimentos imbrincados que se revelam quando Cristina rememora hoje. A maneira como relembremos hoje não é a mesma de 10 anos atrás(THOMPSON, 1997). Naquele tempo, o esquecimento, que é o movimento natural da memória, lhe pareceu digno de uma punição. Ela se considerou “besta” em relação ao “hoje”. E o que há no presente de Cristina que lhe permite tornar estas significações mais intensas e marcantes do que datas e nomes de lugares? Atualmente ela tem seu próprio terreno, onde reside praticamente só; parentes vão visitá-la. Ela conquistou algo que lhe foi muito caro, e levou quase toda a vida; a forma de viver e o trabalho que herdou dos pais “Viviam sofrendo, trabalhando e passando mal porque tem os inverno pouco viu?”

<sup>17</sup> Para demonstrar de forma mais clara a idade que viera do Ceará, Cristina estende a mão e mostra o tamanho que era na época “desse tamanho assim”, Isídio Farias também se utiliza do mesmo gesto, o que para eles é mais eficiente do que deduzir suas respectivas idades quando migraram.

<sup>18</sup> CRISTINA Frota, Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 22.01.2017, na cidade de Miguel Alves-PI.

Uma reflexão semelhante é proposta por Jacy Alves Seixas (2003) ao problematizar o sujeito “jecamacunaímico”, onde o esquecimento, antes exercício natural da memória, revela também seus significados imbricados. Este “esquecimento exercitado” em relação ao homem do campo esconde um universo de apadrinhamentos e trocas de favores, que tornam a figura do brasileiro caricata neste misto de passivo, dócil, indolente, sem perspectiva e sem vontade de projetar um futuro. Mas quando esta percepção parte do próprio sujeito, mostra o seu conhecimento e amadurecimento diante desta rede de negociações que envolvem proprietários de terras e agricultores, onde mesmo dentro de uma perspectiva aparentemente desigual há uma série de regras implícitas que não podem ser quebradas. Deste conjunto de ideias Cristina toma conhecimento já mais tarde.

Nascer no Ceará não é um carma para nenhum narrador; ao contrário, eles têm orgulho de serem cearenses, de terem saídos do interior daqueles municípios pacatos; o que os entristecia era a pobreza, o cativo das relações de dependência, e mais, o fato de não terem conseguido suportar se colocando como opção de vida a migração. A condição necessária para a sobrevivência estava em grande parte na mão “dos homens”:

Eu não vou negar o que eu passei não. Porque graças a Deus eu tive necessidade enquanto eu não saí de lá do Ceará. Eu não tô falando da minha terra não porque é muito bom o Ceará, não tô falando de lá não, tô falando é dos homens que não tinha condição, não tinha capacidade de dar de comer uma pessoa e botava os trabalhadores e deixava eles passar fome.[...] (MANOEL, 2017)<sup>19</sup>

Em busca de uma melhor sobrevivência, de negociações mais amigáveis com proprietários, e oportunidades que garantam o bem viver para os filhos, outrora impossível estas famílias procuraram destinos onde puderam reproduzir a cultura camponesa. Assim, os locais de fixação, em municípios próximos ao rio Parnaíba, foram escolhidos por essas famílias.

Os estudos que buscam entender a constituição do campesinato brasileiro focaram durante muito tempo apenas o seu aspecto econômico, pensando o sujeito camponês dentro das relações de trabalho e no contexto da produção. Contudo, “Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo”(WELCH, 2009,p. 14).

Voltar os olhares para os aspectos culturais da sua constituição contribui para a percepção das subjetividades imbricadas nas experiências no seio familiar, com proprietários, ou com a vizinhança. Modos de coexistência camponesa são pertinentes para este entendimento.

<sup>19</sup> FRANCISCO Manoel de Assis. Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 04.03.2017, na cidade de Teresina-PI.

## FONTES:

### Hemerográficas:

- Revista do Instituto Histórico do Ceará, Edição nº06,1937.
- A *Gazeta*, Março e Outubro de 1936.
- O *Jornal* em 5 e 12 de fevereiro de 1933
- \_\_\_\_\_ Abril, Julho e Outubro de 1934
- O *Ubajara* , 18 de abril de 1933

### Entrevistas:

- CRISTINA Frota, Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 22.01.2017, na cidade de Miguel Alves-PI.
- FRANCISCO Manoel de Assis. Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 04.03.2017, na cidade de Teresina-PI.
- ISÍDIO Pereira Farias. Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 27.11.2016, na cidade de Teresina-PI.
- PAULO Furtado de Melo, Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 22.01.2017, na cidade de Miguel Alves-PI.

### Outros:

- IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito- Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 6<sup>a</sup> edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.284pgs.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome- o dilema brasileiro: pão ou aço*. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.318 pgs.

LEONARDI. Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo15 Editores, 1996.431pgs..

LINHARES; SILVA. Maria Yeda, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira-combates e controvérsias*. São Paulo :Editora Brasiliense, 1981.170pgs.

\_\_\_\_\_. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.p20-211.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 6<sup>a</sup>ed.São Paulo: Hucitec, 1996.157pgs.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. ***Nas fronteiras do poder***: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.272pgs.

NEVES, Frederico de Castro. ***A multidão e a história***: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.265pgs.

NEVES, Delma Pessanha. **Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil**: legado dos cientistas sociais. In: *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*. Vol II- Formas dirigidas de constituição do campesinato. Delma Pessanha (org). São Paulo: Editora UNESP;Brasília,DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.p303-323.

PORTELLI, Alessandro. ***A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais***. Tempo. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, p.59.

RIOS, Kênia Sousa. ***Campos de Concentração no Ceará***: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará,2006.112pgs.

SEIXAS, Jacy Alves. **Tênuas Fronteiras de Memórias e Esquecimentos**: A imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: *Fronteiras paisagens, personagens, identidades*. Franca:UNESP; São Paulo: Olho d'Água, 2003.p161-183.

THOMPSON, E.P. ***Costumes em Comum***. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. ***Recompondo a memória***: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: Projeto História, São Paulo, abril de 1997.p51-71.

WELCH Clifford Andrew... [et al.].***Camponeses brasileiros***: leituras e interpretações clássicas, v.1/organização – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.